



MP do Código Florestal deve ser votada em julho, diz relator

O senador Luiz Henrique anunciou que apresentará seu parecer à comissão mista no início de julho para que votação aconteça antes do recesso. **4**

Reunião de líderes discute amanhã fim do voto secreto

Em reunião convocada pelo presidente do Senado, José Sarney, os líderes partidários definem as

votações prioritárias. Entre elas está a que torna aberta a votação em processos de cassação de mandato. **2**

Governadores depõem à CPI do Cachoeira nesta semana

Marconi Perillo, de Goiás, e Agnelo Queiroz, do Distrito Federal, prestam esclarecimentos amanhã e depois, respectivamente, aos integrantes da CPI do Cachoeira

Aloysio pede autonomia para agências

O senador Aloysio Nunes Ferreira cobrou do governo, na sexta-feira, empenho para aprovação de projeto que cria o

regime jurídico das agências reguladoras. Segundo ele, medida daria maior eficácia e independência a esses órgãos. **3**



Senadores Roberto Requião (E), Luiz Henrique e Aloysio Nunes Ferreira com a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra

Para Requião, só investimento pode evitar PIB baixo **4**

Presidente sírio promove massacre, diz Luiz Henrique **2**

A comissão parlamentar de inquérito que apura as relações entre o contraventor Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados tem pela frente uma semana movimentada. Amanhã, será ouvido o governador goiano Marconi Perillo sobre a denúncia de envolvimento de assessores no esquema do contraventor e sobre a venda da casa em

que Cachoeira foi preso em fevereiro pela Polícia Federal. Na quarta-feira, será a vez de Agnelo Queiroz, governador do Distrito Federal, que também falará sobre o suposto envolvimento de assessores na organização criminosa. Na quinta-feira, a CPI coloca em votação 194 requerimentos, entre eles o que convoca Luiz Antônio Pagot, ex-diretor do Dnit. **3**

Simon alerta para efeitos de desastres naturais no Sul **4**

Gim Argello lembra os 54 anos de Taguatinga **2**

Raupp cobra transposição de servidores de ex-território **2**

Randolfe critica ação de assembleia contra MP **3**

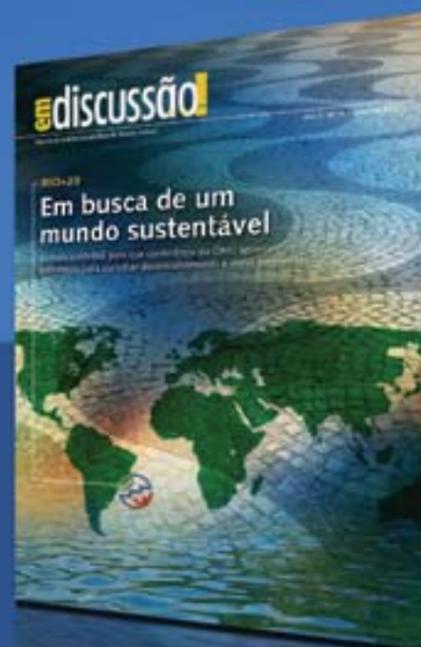
Recicle seus hábitos Renove seu conhecimento

Os principais temas que interessam a você e à sociedade brasileira estão na *Em discussão!* A revista traz nesta edição debates e reflexões sobre a participação do Senado nos preparativos da conferência Rio+20.

A revista *Em discussão!* é uma publicação do Jornal do Senado Disponível para leitura no site www.senado.gov.br/emdiscussao

Em discussão!
Informação e novas ideias.

Secretaria Especial de Comunicação Social



Três propostas de emenda à Constituição que tornam aberto o voto para cassação constam da ordem do dia desta quarta-feira e devem ser um dos temas da reunião de líderes marcada para amanhã

Plenário debate fim do voto secreto para cassação

O SENADO DÁ início nesta semana aos debates sobre o fim do voto secreto em processo de cassação de mandato parlamentar. O assunto vem sendo abordado por vários senadores em Plenário nas últimas semanas.

Esse deverá ser um dos assuntos a serem discutidos na reunião de líderes partidários convocada para a tarde de amanhã pelo presidente do Senado, José Sarney.

Constam da ordem do dia desta quarta-feira três

propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam do tema: 86/07, do líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), 50/06, de Paulo Paim (PT-RS), e 38/04, do então senador Sérgio Cabral.

Para Alvaro Dias, o voto aberto deve ter prioridade na pauta. O líder do PTB, Gim Argello (DF), sugere que a Casa dê prioridade para as matérias que tratam de crédito, comércio eletrônico e obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Ele citou a Medida Provisória

(MP) 559/12, que autoriza a Eletrobras a assumir o controle da Companhia Energética de Goiás (Celg). A Câmara incluiu item que estende o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para obras do PAC e do sistema público de ensino.

A PEC 33/09, que restaura a exigência de diploma de jornalista para exercer a profissão também volta a debate nesta semana. De Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), aguarda o segundo turno de votação desde novembro.

Luiz Henrique: há omissão a massacre na Síria

Luiz Henrique (PMDB-SC) condenou, sexta-feira, o que classificou de massacres cometidos pelas forças de segurança do ditador sírio Bashar al-Assad contra os opositores que exigem a saída do presidente do poder.

O senador lamentou toda e qualquer forma de opressão e violência. Ele enfatizou que é contrário a uma intervenção militar na região, mas defendeu a aplicação de sanções econômicas para solucionar o confronto que já dura 15 meses no país.

— As grandes potências, principalmente Rússia e China, têm condições de através de sanções econômicas levar a Síria à pacificação e a um regime democrático — disse.



Manifestantes na cidade de Idlib protestam contra o governo de Bashar al-Assad

O senador comparou a omissão das potências mundiais diante da situação da Síria a episódios da 2ª Guerra Mundial, como a invasão de Lídice, na antiga Tchecoslováquia,

atual República Tcheca. A cidade foi totalmente destruída em 1942 pelo regime nazista de Adolf Hitler com anuência da Inglaterra e França, lembrou Luiz Henrique.

Gim Argello cumprimenta Taguatinga pelos 54 anos



Gim Argello (PTB-DF) homenageou Taguatinga, segunda maior cidade do Distrito Federal, que completou 54 anos em 5 de junho. O senador destacou o início das obras do PAC da Mobilidade, com abertura de um túnel na cidade e obras de melhoria no trânsito das avenidas Samdu e Hélio Prates. O senador elogiou a atuação do administrador da cidade, Carlos Jales, e o parabenizou pela organização da comemoração do aniversário.

Raupp cobra transposição de servidores para a União



Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou do governo a transposição dos servidores do ex-território de Rondônia para os quadros da União. Segundo o senador, a medida é uma dívida que a União tem com Rondônia há 23 anos. Raupp explicou que os servidores dos ex-territórios que originaram os estados de Roraima e Amapá tiveram esse direito garantido na Constituição de 1988, mas Rondônia não teve o mesmo tratamento.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO: Diploma de jornalista

14h Na pauta da sessão deliberativa, terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição que trata do diploma de curso superior para o exercício da profissão de jornalista.

CDH: e-Cidadania

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debate o Portal e-Cidadania do Senado com a secretária da Mesa, Claudia Lyra. Examina ainda pedido de audiência pública para debater a violência no campo.

SISTEMA FEDERATIVO: Reunião

9h30 Comissão especial externa analisa e propõe soluções sobre questões relacionadas ao sistema federativo.

CÓDIGO PENAL: Debate de juristas

10h Comissão de juristas encarregada de elaborar anteprojeto de novo Código Penal debate crimes hediondos, militares, patrimoniais e de responsabilidade (estes envolvendo prefeitos e vereadores).

TERÇA

CDH: Barreiras argentinas

9h Barreiras criadas pela Argentina aos produtos brasileiros serão tema de debate na Comissão de Direitos Humanos. Entre os convidados, o presidente da CUT, Artur Henrique da Silva Santos.

CAE: Alexandre Tombini

10h O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, comparece à Comissão de Assuntos Econômicos para discutir o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e fiscal.

CPI DO CACHOEIRA: Marconi Perillo

10h15 A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga as relações do contraventor Carlos Augusto Ramos com agentes públicos e privados ouve o depoimento do governador de Goiás, Marconi Perillo.

CE: Bolsa-artista e audiovisuais

11h Primeiro item da pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte é o projeto que institui a bolsa-artista. Também na pauta projeto que estabelece classificação por faixa etária para audiovisuais.

CCJ: Indicações para o TST

14h30 Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, duas indicações para o Tribunal Superior do Trabalho: Hugo Carlos Scheuermann e Alexandre de Souza Agra Belmonte.

QUARTA

CAS: Acidentes de trabalho

9h A Comissão de Assuntos Sociais examina projeto sobre a responsabilidade civil nos acidentes ocorridos com trabalhadores temporários e terceirizados.

CAE: Cade e Banco Central

10h A Comissão de Assuntos Econômicos sabatina Ana Frazão e Eduardo Pontual para o Cade, e Luiz Edson Feltrim para o Banco Central.

CCJ: Coligações eleitorais

10h Na pauta, emendas de Plenário à proposta que admite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. Às 14h30, reunião da comissão para examinar indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

CPI DO CACHOEIRA: Agnelo Queiroz

10h15 Reunião da comissão que investiga Carlinhos Cachoeira para ouvir o depoimento do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz.

AVIAÇÃO CIVIL: Indústria aeronáutica

14h Debate sobre políticas públicas para indústria aeronáutica na Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil. Representará a Embraer Luis Vicente Lopes.

QUINTA

SEMINÁRIO: Inovação tecnológica

9h Seminário Caminhos para Inovação, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. O 1º painel será sobre infraestrutura e recursos humanos para pesquisas.

CPI DO CACHOEIRA: Luiz Antônio Pagot

10h15 Reunião da comissão de investigação para exame de requerimentos, entre eles, o de convocação do ex-diretor-geral do Dnit Luiz Antônio Pagot.

FUNDO DE GARANTIA: Aplicação e saque

11h30 FGTS e alternativas para aplicação dos recursos e critérios de saques das contas são temas de audiência pública na Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Aloysio cobra aprovação de regime jurídico para as agências reguladoras



Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) cobrou providências para que as agências reguladoras possam atuar com eficácia e autonomia. Segundo o senador,

boa parte das soluções estão previstas em projeto do governo que cria o regime jurídico geral das agências. Mas, disse, a análise da proposta, que está na Câmara desde 2004, não avança por falta de empenho do Palácio do Planalto.

Aloysio ressaltou a audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Econômicos, terça-feira, com o ministro José Jorge, do Tribunal de Contas da União (TCU), que prestou esclarecimentos sobre a situação das agências, que fiscalizam e normatizam atividades exploradas pelo setor privado em regime de concessão ou licença. Ele também defendeu o aumento do período de quarentena a ser cumprido por ex-ocupante de cargo em agência antes de ir para o setor privado.

Sobre a questão orçamentária, Aloysio afirmou que as agências recebem taxas das empresas fiscalizadas para exercer suas atividades, mas os recursos são em grande parte bloqueados, afirmou.

Randolfe aponta intimidação ao Ministério Público do Amapá



A crise entre a Assembleia Legislativa do Amapá e o Ministério Público do estado foi criticada por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). O senador defendeu os integrantes do Ministério Público do Amapá, que estariam sendo intimidados.

O embate teve início há alguns meses, quando o Ministério Público, em conjunto com a Polícia Civil, deflagrou operação para investigar suspeitas de desvio de verbas e fraudes na Assembleia Legislativa. Foram cumpridos 19 mandados de busca e apreensão nas casas e gabinetes dos deputados estaduais e em empresas que prestam serviços aos 24 parlamentares.

Por sua vez, os deputados aprovaram a instalação de CPI para investigar suspeitas de irregularidades em convênios e benefícios concedidos aos servidores pelo Ministério Público.

— Quero fazer uma advertência: não ameacem o Ministério Público. Não deem esse passo adiante ou terão contra os senhores que assim o tentarem a força emanada de Brasília, dos Poderes da República. Terão contra os senhores a reação de uma democracia — afirmou.

Depoimentos de Marconi e Agnelo marcam semana da CPI

O governador de Goiás, Marconi Perillo, falará amanhã aos integrantes da CPI do Cachoeira. E o do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, no dia seguinte. Na quinta-feira, o colegiado deve votar a convocação de Luiz Antônio Pagot, ex-diretor do Dnit

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) mista que investiga Carlinhos Cachoeira terá uma semana decisiva, com o depoimento dos governadores Marconi Perillo (PSDB) e Agnelo Queiroz (PT). Deputados e senadores também têm reunião marcada para votação de requerimentos, entre os quais os que pedem a convocação do ex-diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) Luiz Antônio Pagot e do dono da Delta Construções, Fernando Cavendish.

O primeiro compromisso da CPI será amanhã, quando vai ser ouvido o governador de Goiás, Marconi Perillo. O depoimento está marcado para as 10h15, na sala 2 da Ala Nilo Coelho. Marconi terá de esclarecer detalhes da venda de uma casa sua onde Cachoeira foi preso pela Polícia Federal (PF), em fevereiro deste ano, durante a Operação Monte Carlo.

A CPI já ouviu duas pessoas sobre o assunto. O ex-vereador Wladimir Garcez declarou que comprou a residência de Marconi. Mas, como não dispunha do R\$ 1,4 milhão cobrado, tomou o dinheiro emprestado com Cachoeira e com Cláudio Abreu, ex-diretor da Delta no Centro-Oeste. A compra teria sido efetivada com três cheques, os quais, segundo a PF, foram assinados por um sobrinho de Cachoeira.

Na semana passada, o empresário Walter Paulo Santiago deu outra versão para o negócio, afirmando que comprou a casa pagando R\$ 1,4 milhão em dinheiro vivo, em notas de R\$ 50 e R\$ 100. Segundo Walter, a compra se deu por intermédio de Wladimir Garcez e o dinheiro foi entregue a ele e a Lúcio Fiúza Gouthier, então assessor do governador. Fiúza foi exonerado na quarta-feira.

Nesta semana, o advogado de Marconi, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, disse que o governador fez a venda do imóvel de forma legal, recebeu os cheques de Wladimir Garcez e apenas os depositou, sem, no entanto, preocupar-se de quem eram.

Outra questão a ser explicada pelo governador diz respeito à denúncia do radialista Luiz Carlos Bordoni de que teria recebido dinheiro da Alberto & Pantoja Construções como pagamento por serviços prestados à campanha de Marconi para o governo de Goiás. Segundo a polícia, a Pantoja é uma empresa de fachada do esquema de Cachoeira, para lavagem de dinheiro.

Os parlamentares também devem fazer perguntas sobre Eliane Pinheiro, ex-chefe de gabinete de Marconi. Segundo a PF, ela mantinha contato com Cachoeira e recebeu informações sobre investigações de políticos.

Gravações telefônicas revelaram que Eliane avisou o prefeito de Águas Lindas (GO), Geraldo Messias, aliado de Marconi, que agentes fariam uma busca na residência dele. Após a divulgação das gravações, Eliane pediu exoneração.



Marconi Perillo responderá a perguntas sobre a venda da casa onde Cachoeira foi preso



Agnelo Queiroz será questionado acerca de contratos com a Delta para recolhimento de lixo

Governador do DF deve falar sobre denúncias de favorecimento à Delta

O depoimento do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz será na quarta-feira, também às 10h15. Ele deve ser questionado a respeito de denúncias de favorecimento à Delta em contratos de recolhimento de lixo em Brasília e região. Na semana passada, o governo local anunciou a rescisão dos contratos com a Delta, alegando que a empresa foi desclassificada de licitação realizada em 2007 e só realizava o serviço graças a uma liminar. Outras duas empresas assumirão os contratos.

De acordo com a Polícia Federal, assessores de Agnelo foram flagrados em conversas telefônicas que insinuam o pagamento de propina para a manutenção do contrato com a empresa. Depois que as denúncias

vieram à tona, o chefe de gabinete Claudio Monteiro e o subsecretário João Carlos Feitoza, também conhecido como Zunga, deixaram o governo.

194 requerimentos

A CPI tem 194 requerimentos aguardando votação. Além dos pedidos de convocação do ex-diretor-geral do Dnit, Luiz Antônio Pagot (*veja abaixo*), pode ser votada proposta para que seja ouvido o jornalista Luiz Carlos Bordoni, que trabalhou na campanha de Marconi Perillo ao governo de Goiás. Ele diz ter recebido parte do pagamento por empresa que seria do grupo de Carlinhos Cachoeira e parte em dinheiro do próprio Perillo, já eleito. Também pode ser convocado o dono da Delta, Fernando Cavendish.

Parlamentares querem convocação do ex-diretor do Dnit Luiz Antônio Pagot

A convocação do ex-diretor-geral do Dnit Luiz Antônio Pagot é solicitada em nove requerimentos a serem examinados pela CPI do Cachoeira. Os parlamentares consideram urgente ouvi-lo após recente entrevista em que Pagot denunciou o uso de verbas públicas para formação de caixa dois de campanhas eleitorais em São Paulo.

À revista *IstoÉ*, ele afirmou existir esquema de desvio de verba na obra do Rodoanel para as campanhas de José Serra à Presidência e de Geraldo Alckmin ao governo paulista em 2010. Em abril, Pagot havia afirmado à revista *Época* que contrariara interesses de Carlinhos Cachoeira e da construtora Delta na época em que estava à frente do Dnit.

Pedro Simon (PMDB-RS), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) defendem a convocação de Pagot. Randolfe também pede que



Segundo Pagot, verbas públicas foram usadas em caixa dois para campanhas em São Paulo

seja chamado o jornalista Luiz Carlos Bordoni (*leia matéria ao lado*).

— Todo o noticiário mostra pessoas querendo falar e nós estamos insistindo naqueles que não falam — disse Randolfe.

Requião pede mais investimentos para atenuar efeitos da crise

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que somente os investimentos públicos reverterão a tendência de baixo desempenho do produto interno bruto (PIB). Segundo o senador, um crescimento pífio poderia reproduzir no Brasil uma crise semelhante à enfrentada pela Grécia.

Requião informou que deve levar à bancada do PMDB proposta para dinamizar a economia brasileira, com investimento público em atividades-fim, como contratação de médicos, professores, engenheiros e policiais. Mais recursos na economia, avalia, “ajudariam a atenuar a crise que se aproxima”.

O senador defendeu o aprofundamento da integração com a América do Sul, a partir de um projeto de desenvolvimento industrial em parceria com a Venezuela e a Argentina.



Requião: crescimento pífio pode produzir crise semelhante à da Grécia

Código Florestal: MP pode ser votada daqui a um mês

Senador Luiz Henrique, relator da medida provisória, anunciou que pretende ler seu relatório na comissão mista em 3 de julho e votá-lo dia 10. O cronograma depende da aprovação pelo colegiado

O SENADOR LUIZ Henrique (PMDB-SC), relator da MP 571/12, que altera o novo Código Florestal, pretende ler seu relatório na comissão mista no dia 3 de julho e votá-lo dia 10. Sua avaliação é que até 15 de julho a matéria poderá ser votada na Câmara dos Deputados e, então ser enviada ao Senado. As datas, no entanto, dependem da deliberação da comissão mista, que receberá amanhã o cronograma dos trabalhos do colegiado, segundo Luiz Henrique.

Está prevista apenas uma audiência pública — dia 26 deste mês —, com os ministros do Meio Ambiente, da Agricultura e da Reforma Agrária; com o advogado-geral da União; e com os presidentes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Agência Nacional de Águas (ANA). O senador explicou que o assunto já foi amplamente discutido com toda a sociedade durante a



Luiz Henrique diz que disposição é dialogar exaustivamente com todos

tramitação do projeto vetado parcialmente pela presidente Dilma Rousseff.

Luiz Henrique começou a analisar no feriado as 696 emendas apresentadas pelos parlamentares, número que ele considera proporcionalmente menor às 450 emendas ao projeto de lei do novo código que relatou no Senado. Na sexta-feira, ele informou que passaria o final de semana em

Brasília para terminar a leitura das propostas dos senadores e deputados.

O senador reafirmou a sua disposição de dialogar exaustivamente com todos, especialmente com a Frente Parlamentar da Agricultura, para encontrar “um meio termo” que concilie a proteção das florestas com a produção e o desenvolvimento sustentável.

— Não haverá pressões. Nossa meta é buscar o possível, o factível, o realizável — disse o senador, ao lembrar que não adiantará elaborar um texto sem entendimento com os deputados para ser alterado na Câmara e novamente vetado.

Luiz Henrique elogiou Dilma Rousseff por privilegiar os pequenos produtores ao reduzir para cinco metros a área de recomposição de matas às margens de rios, independentemente da sua largura, em propriedades com até um módulo — que são a maioria.

Simon alerta para os efeitos de desastres climáticos no RS

Pedro Simon (PMDB-RS) alertou para os problemas enfrentados por agricultores e pecuaristas gaúchos em razão de duas décadas de desastres naturais no Rio Grande do Sul. Ele citou reportagem publicada do jornal *Zero Hora* baseada em estudo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O relatório mostra que o Rio Grande do Sul é líder, nos últimos 20 anos, em notificações de situação de emergência: 4.924. Dessas, 2.643 (64%) por estiagem. O estudo mostra que períodos prolongados de seca podem levar à desertificação. O estado também tem sofrido sistematicamente com inundações e vendavais, disse.

Como consequência das catástrofes climáticas, o Rio Grande do Sul enfrenta importantes perdas na agricultura.



Rio Grande do Sul lidera notificações de emergência, afirma Pedro Simon

ACONTECEU NAS COMISSÕES

Maiores vítimas das mudanças climáticas no país estão nas grandes cidades, diz especialista

UMA SEMANA ANTES da abertura da Conferência Rio+20, que começa na quarta-feira, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) promoveu audiência pública sobre o impacto das alterações no clima nas cidades e no campo.

No debate, realizado na terça-feira, o conselheiro nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da Presidência da República Edécio Vigna disse que as regiões mais pobres na África, na Ásia e na América Latina são as que têm menos condição de enfrentar as mudanças climáticas no mundo e as mais vulneráveis a eventos extremos, como enchentes, estiagens e furacões. A constatação, segundo ele, está indicada no Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Vigna disse que, apesar de todas as dificuldades, o Brasil não possui um mapeamento das áreas e das populações que estão em zona de perigo, além de não contar com medidas socioambientais de prevenção a riscos climáticos.

— Dá a impressão que as autoridades estão alheias aos problemas que a sociedade sofre. Elas prometem programas, atividades, recursos, mas estão longe da dor dessas populações — disse o conselheiro.

Para ele, o foco principal do impacto das mudanças climáticas são as grandes cidades, onde o país concentra 82% da população. Essas pessoas, disse Vigna, sofrerão mais com as

enchentes, deslizamentos de encostas, soterramentos, descontinuidade nos serviços públicos e ineficiência das políticas urbanas, o que resulta na falta de moradia digna, saneamento básico, água potável e luz elétrica.

No campo, de acordo com ele, as mudanças climáticas vão afetar a produtividade. Consequentemente, será necessário usar mais agrotóxicos e produtos químicos, com maior possibilidade de poluição hídrica.

Vigna citou um estudo que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) fizeram sobre o aquecimento global e a nova geografia agrícola.

Segundo o conselheiro, a conclusão da pesquisa foi que o crescente impacto das mudanças climáticas

forçará a mudança do sistema nacional de produção e armazenamento. Para evitar a falta sucessiva de alimentos, a população terá de formar reserva e abastecimento.

SEMIÁRIDO

A convivência com a seca no semiárido — problema que mais uma vez volta à agenda do país, com centenas de municípios nordestinos atingidos pela estiagem — também foi tema da audiência da CMMC.

Para especialista ouvido no encontro, não adianta combater a seca, e sim aprender a conviver com a ausência de chuvas. O diretor do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Campello, frisou que a população precisa

se aliar às especificidades do clima nordestino.

— Não haveria semiárido se não tivesse a seca. Há 500 anos o Brasil convive com essa situação e a gente ainda insiste em tentar combater — alertou.

Para ele, é preciso traçar uma estratégia de sustentabilidade exclusiva para o semiárido a fim de garantir recursos suficientes para a segurança alimentar da população e dos animais. Esse sistema estaria relacionado aos momentos de dificuldade, como a seca.

Um dos erros estratégicos, segundo Campello, é querer comparar a produção da agricultura familiar do semiárido à de outros biomas.

— Como é que um produtor sustenta a sua família com uma produção

de 200 quilos de feijão? No Sudeste, por exemplo, um hectare produz duas toneladas de feijão, mas, no Nordeste, são 300 kg. Então, tem que haver uma estratégia de sustentabilidade, porque se não o agricultor, para sobreviver, vai querer que aquele solo produza mais, o que não é sustentável para a região — disse.

Ainda sugerindo formas de manter a segurança alimentar no semiárido, Campello ressaltou a importância de não perder as espécies que já estão adaptadas.

Ao final do encontro, o presidente da comissão, deputado Márcio Macêdo (PT-SE), lembrou que, durante a Rio+20, a CMMC deve realizar outras duas audiências públicas.

SUGESTÕES

Também na terça-feira, as comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Relações Exteriores (CRE) receberam a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, para debate sobre sustentabilidade. As duas comissões aprovaram 14 sugestões a serem apresentadas para inclusão no documento final da Rio+20. Entre elas, a conceituação mais precisa de economia verde; a definição de mecanismos de financiamento do crescimento sustentável para os países em desenvolvimento; a transferência de tecnologias verdes para os países menos desenvolvidos; e a necessidade de regular e controlar o mercado financeiro internacional.



Francisco Campello, senador Sérgio Souza, deputado Márcio Macêdo e Edécio Vigna debatem impactos do clima